

## MERCADO DE TRABALHO

# Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD contínua do segundo trimestre de 2022

**Sandro Sacchet de Carvalho**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

sandro.sacchet@ipea.gov.br

Divulgado em 31 de agosto de 2022.

## Sumário

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 5,1% no segundo trimestre de 2022 em comparação com o mesmo trimestre de 2021, sendo o quinto trimestre consecutivo de queda interanual na renda (uma queda menos acentuada que a do trimestre anterior, 8,7%). Apesar de parte desse movimento descendente ser apenas o inverso do observado ao longo de 2020, quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado, a renda habitual encontra-se abaixo dos níveis observados antes da pandemia: a renda média habitual real foi de R\$ 2.652 no segundo trimestre de 2022. Estimativas mensais mostram que o rendimento médio real em junho (R\$ 2.641) foi igual ao observado no mês anterior, porém 1,5% maior ao observado em março (R\$2.601). Em relação à renda efetiva, ela caiu 4% na comparação interanual, aproximando-se ainda mais da queda da renda habitual. E na comparação com o segundo trimestre de 2019, a renda efetiva caiu 4,4%.

Por grupos demográficos, as maiores quedas na renda na comparação com o mesmo período do ano passado foram registradas no Sudeste e Sul, entre os trabalhadores mais velhos e com ensino superior. Trabalhadores do Norte, não chefes de família, entre 25 e 39 anos e com ensino fundamental foram os que não apresentaram quedas na renda habitual no segundo trimestre de 2022. Estes mesmos grupos foram os que apresentaram aumento da renda efetiva.

Todavia, analisando por tipo de vínculo, revela-se que o pior impacto da queda nos rendimentos no segundo trimestre de 2022 foi encontrado nos trabalhadores do setor público, com quedas da renda habitual e efetiva de 9,8%. Os trabalhadores do setor privado, que no trimestre anterior haviam apresentado uma melhora na margem, apresentaram uma queda da renda no segundo trimestre de 2022 (cerca de 4,5%). Por sua vez, foram os trabalhadores informais os que apresentaram um aumento da renda efetiva, com acréscimo de 6% para os trabalhadores por conta própria e de 1,5% para os sem carteira. Isso se reflete no comportamento da renda por setor de atividade. Setores mais informais, e que foram mais atingidos pela pandemia, são os que agora mostram algum crescimento da renda (transporte, construção, serviços pessoais e coletivos e alojamento e alimentação). Enquanto que setores mais formais, como administração pública, educação e saúde, indústria e serviços profissionais, continuam apresentando uma queda da renda habitual ou efetiva.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar da relativa queda dos rendimentos habituais médios observadas nos últimos meses, a recuperação da população ocupada mais que compensou o impacto negativo na massa salarial real habitual. No segundo trimestre de 2022, a massa habitual foi 4,8% maior que um ano atrás (somando R\$255,7 bilhões, valor R\$ 11,7 bilhões maior que no ano anterior) e houve um crescimento de 6% da massa efetiva em comparação com o ano anterior, totalizando R\$258,4 bilhões.

Outro importante efeito da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,3% no primeiro trimestre de 2020 para 28,5% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho recuou para 22,2% no quarto trimestre de 2021, aproximando-se dos patamares anteriores à pandemia (média de 21,5% em 2019). No segundo trimestre de 2022, a proporção de domicílios sem renda do trabalho foi de 22,2%, revertendo o aumento do primeiro trimestre.

A queda maior da renda entre os servidores públicos em parte se reflete na maior queda dos rendimentos dos domicílios de renda mais alta e explica parte da queda da desigualdade de renda captada pelo índice de Gini nos últimos trimestres. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente em 2021. Contudo, no segundo trimestre de 2022, houve uma reversão dessa tendência de queda, tendo o Gini subido para 0,515 para a renda domiciliar do trabalho e 0,489 para a renda individual.

## 1. Renda média e massa salarial

Os dados dos rendimentos do trabalho do segundo trimestre de 2022 mostram pequena recuperação da renda em relação ao trimestre anterior, mas os rendimentos habituais reais médios ainda apresentaram queda de 5,1% no segundo trimestre de 2022 em comparação com o mesmo trimestre de 2021, sendo o quinto trimestre consecutivo com uma queda acima de 5%, como mostra o gráfico 1. Trata-se, porém, de uma queda interanual menor do que a observada no quarto trimestre de 2021 (10,7%) e no trimestre anterior (8,7%). A renda média habitual real observada no segundo trimestre de 2022 foi de R\$2.652.

Estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual real elaboradas em Lameiras e Hecksher,<sup>1</sup> feitas com base nos dados por trimestre móvel da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, são apresentadas no gráfico A.1 no apêndice. Esses dados mensais mostram que o rendimento médio real em junho (R\$ 2.641) foi igual ao observado no mês anterior, porém 1,5% maior ao observado em março (R\$2.601).

Parte da forte queda da renda mostrada no gráfico 1 em 2021 é apenas o inverso do observado ao longo de 2020, quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,2% no trimestre móvel entre maio e julho de 2020. Após o terceiro trimestre, houve uma desaceleração dessa alta, mas ainda assim observou-se um crescimento de 2,5% no quarto trimestre de 2020.

Tanto o crescimento do rendimento real médio observado durante 2020 como a queda verificada a partir de 2021 resultaram, em grande medida, de um efeito composição. No caso da elevação observada em 2020, esse efeito composição teve duas fontes. Primeiro, a elevação da renda habitual média se deveu ao fato de a perda de ocupações ter se concentrado nas piores remunerações,<sup>2</sup> de forma que os que permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta. Da mesma forma, deve-se ter em mente que, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento da não resposta na pesquisa. Na medida em que tais impactos não estivessem aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.<sup>3</sup>

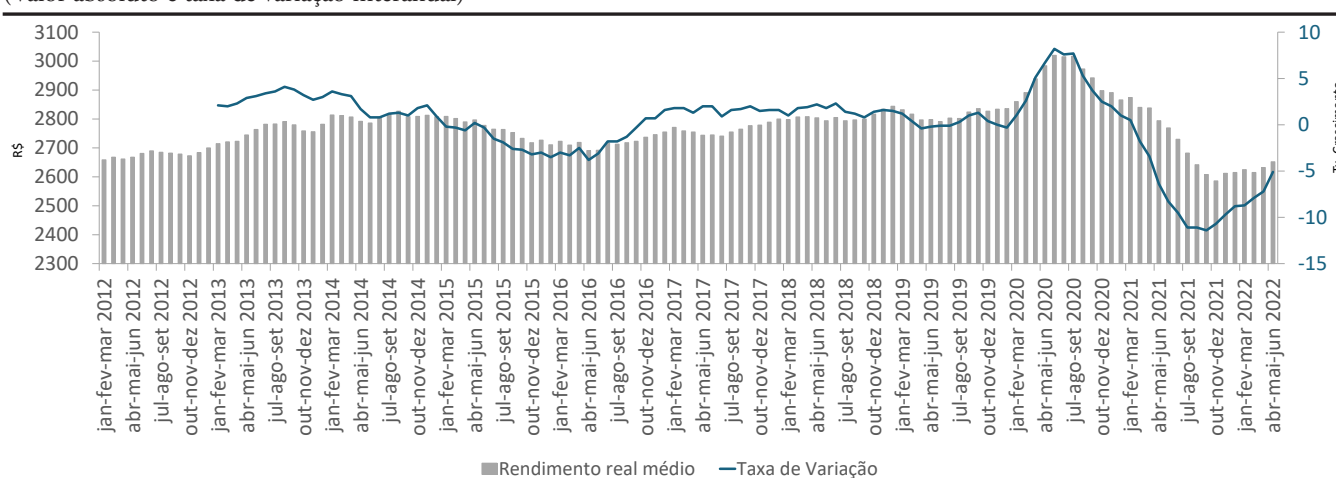
1. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220804\\_notas10\\_indicadores\\_mensais\\_mercado\\_trabalho\\_jun22.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220804_notas10_indicadores_mensais_mercado_trabalho_jun22.pdf)>.

2. Nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria.

3. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>>.

De forma simétrica, parte da queda dos rendimentos médios a partir de 2021 deveu-se ao retorno dos trabalhadores informais e por conta própria ao mercado de trabalho,<sup>4</sup> levando à redução do rendimento habitual médio, que saiu de um pico de R\$ 3.020 no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 para R\$ 2.586 no último trimestre de 2021. De certa forma, a reversão do aumento da renda habitual indica o retorno à normalidade do mercado de trabalho. Contudo, percebe-se que esse retorno aos movimentos habituais do mercado de trabalho após as oscilações causadas pela pandemia ocorre em um nível de renda inferior ao observado anteriormente à pandemia. Mesmo com recuperação da renda observada em 2022, os rendimentos médios habituais no segundo trimestre de 2022 situa-se mais de 5% abaixo dos valores observados em 2019.

**GRÁFICO 1**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio**  
 (Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

No gráfico 2, mostra-se a taxa de variação interanual do rendimento efetivo médio e a razão de rendimentos entre a renda efetiva e a habitual entre 2017 e o segundo trimestre de 2022. O crescimento da renda efetiva interanual entre 2017 e 2019 seguia de perto o crescimento da renda habitual, oscilando em torno de 1%. A partir do trimestre móvel iniciado em abril de 2020, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas, apenas se recuperando após setembro. O crescimento interanual da renda efetiva atingiu 1% ao fim do segundo trimestre de 2021. Porém, no terceiro trimestre de 2021, a renda efetiva caiu 6,1% em comparação com o mesmo trimestre de 2020 (contra queda de 11,1% da renda habitual neste mesmo trimestre). No segundo trimestre de 2022, a renda efetiva caiu 4%, uma queda menor que a observada no trimestre anterior, que foi de 6,2%.

Como mostra também o gráfico 2, a partir do trimestre terminado em julho de 2021, a renda efetiva sempre alcançou em média 100% da renda habitual, sinalizando que o descolamento entre as séries parece ter chegado ao fim no segundo trimestre de 2021, o que se confirmou nos últimos trimestres, reforçando que o mercado de trabalho retomou os padrões usuais de rendimentos, porém em um nível médio inferior.

Na abertura por vínculo de ocupação, apresentada no gráfico 3, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público foram os únicos trabalhadores que apresentaram decréscimo real de rendimentos habituais médios no início da pandemia (até o trimestre móvel terminado em maio), e esse foi justamente o único tipo de vínculo em que a população ocupada cresceu durante esse

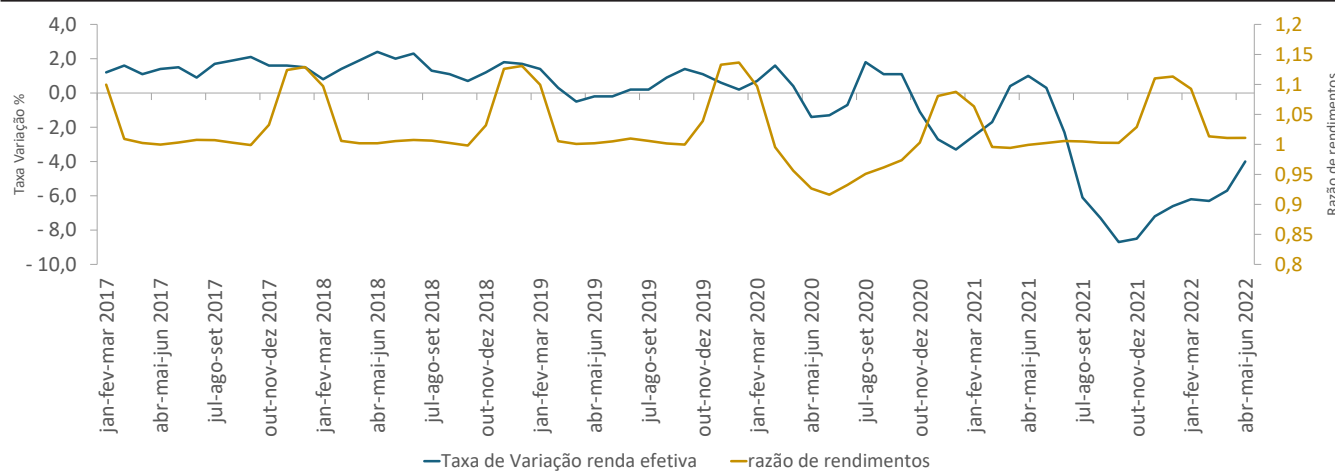
4. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, estão disponíveis em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/>>.

período. Destacam-se os trabalhadores sem carteira, cujos rendimentos médios apontaram aumento de até 15,5% na comparação interanual (trimestre móvel terminado em setembro). Os rendimentos habituais médios dos trabalhadores por conta própria também subiram significativamente, seguidos em menor medida pelos trabalhadores privados com carteira.

GRÁFICO 2

**PNAD Contínua: rendimento efetivo médio**

(Taxa de variação interanual e razão de rendimentos)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Esse padrão reforça a noção de que, no início da pandemia, os trabalhadores mais vulneráveis reduziram a sua participação no mercado de trabalho, causando, por meio do efeito composição, o significativo aumento da renda habitual dos trabalhadores privados sem carteira e por conta própria. No entanto, os trabalhadores com maior grau de estabilidade e segurança, notadamente aqueles do setor público, foram aqueles para os quais a renda habitual apresentou queda no início da pandemia e, posteriormente, menor crescimento.

Contudo, a partir do segundo trimestre de 2021 houve uma queda crescente da renda habitual para todos os tipos de vínculo. O segundo trimestre de 2022 mostra uma recuperação da renda, porém com comportamentos distintos entre os tipos de vínculo.

Os trabalhadores por conta própria mostraram uma maior recuperação, tendo inclusive registrado um aumento de 2,2% na comparação interanual. E os trabalhadores do setor privado sem carteira também apresentaram uma recuperação significativa, com a queda da renda em comparação com o mesmo trimestre de 2021 tendo sido apenas 0,3%. Todavia, os trabalhadores do lado formal da economia não mostraram semelhante desempenho. Os trabalhadores do setor privado com carteira mostraram a mesma queda interanual que no trimestre anterior (4,5%), e os trabalhadores do setor público ainda apresentam uma queda da renda de cerca de 10%.

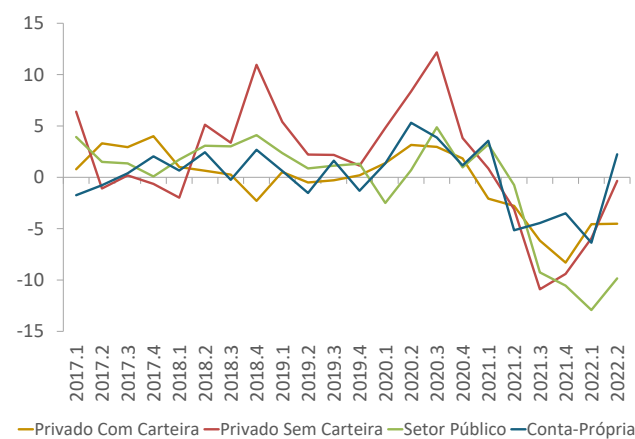
Na tabela 1 mostra-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual para os anos de 2020 a 2022. Conforme os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto que, para esses trabalhadores, a renda habitual crescera 5,3% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara

uma queda de 16,6%. Da mesma forma, no segundo e terceiro trimestres de 2021, esses trabalhadores apresentaram um crescimento de 17,3% e 8,6% da renda efetiva, respectivamente, mostrando uma recuperação em relação aos níveis anteriores da pandemia. Contudo, os dados do primeiro trimestre de 2022 mostram uma deterioração da renda dos conta própria, com uma maior queda da renda habitual e uma queda de 2,8% da renda efetiva. No segundo trimestre de 2022, assim como com a renda habitual, os trabalhadores por conta própria mostraram maior recuperação da renda efetiva, com um crescimento de 6%. Os trabalhadores sem carteira também mostraram um aumento da renda efetiva de 1,5%.

Entretanto, os empregados do setor privado com carteira apresentaram uma deterioração da renda efetiva no segundo trimestre de 2022 com uma queda de 4,6% (em comparação com uma queda de 1,9% no trimestre anterior). E os trabalhadores do setor público continuam com a maior queda da renda, sendo a renda efetiva média 9,8% menor no segundo trimestre de 2022 do que no mesmo trimestre do ano anterior.

**GRÁFICO 3**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo**

(Taxa de variação interanual – em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 1

**PNAD Contínua: taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, e razão de rendimentos, por tipo de vínculo**

Taxa de variação interanual (%)	Privado com carteira	Privado sem carteira	Setor público	Conta própria	Total
<b>Painel A: Crescimento interanual da renda habitual</b>					
2020.1	1,4	4,8	-2,5	1,4	1
2020.2	3,2	8,4	0,7	5,3	6,7
2020.3	3,0	12,2	4,9	3,9	7,7
2020.4	1,8	3,8	1,0	1,2	2,5
2021.1	-2,1	0,9	3,2	3,6	0,5
2021.2	-2,8	-3,1	-0,8	-5,2	-6,4
2021.3	-6,2	-10,9	-9,3	-4,5	-11,1
2021.4	-8,3	-9,4	-10,5	-3,5	-10,7
2022.1	-4,6	-5,9	-12,9	-6,4	-8,7
2022.2	-4,5	-0,4	-9,8	2,2	-5,1
<b>Painel B: Crescimento interanual da renda efetiva</b>					
2020.1	0,4	5,3	-1,7	1,5	0,7
2020.2	0,4	-2,0	0,1	-16,6	-1,4
2020.3	0,4	3,8	3,2	-10,2	1,8
2020.4	-1,3	1,5	-0,4	-5,9	-1,1
2021.1	-5,3	-1,2	0,4	0,5	-2,5
2021.2	0,3	6,2	0,6	17,3	1
2021.3	-3,2	-4,0	-7,3	8,6	-6,1
2021.4	-6,6	-7,6	-9,6	2,7	-8,5
2022.1	-1,9	-4,5	-10,9	-2,8	-6,2
2022.2	-4,6	1,5	-9,8	6,0	-4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 mostra a desagregação salarial por diferentes recortes. Em termos regionais, a renda efetiva mostrou maiores quedas nas regiões Sudeste e Sul (quedas de 4,5% e 5% respectivamente). A região Nordeste também mostrou uma queda de 5,7% na renda habitual. E apenas a região Norte apresentou um aumento da renda no segundo trimestre de 2022 (0,8% da renda habitual e 1,3% da renda efetiva).

TABELA 2

**PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por dados desagregados, habitual e efetivo (1º trim.2021-2º trim. 2022)**

(Taxa de variação interanual – em %)

	Renda habitual						Renda efetiva					
	1º T/2021	2º T/2021	3º T/2021	4º T/2021	1º T/2022	2º T/2022	1º T/2021	2º T/2021	3º T/2021	4º T/2021	1º T/2022	2º T/2022
Centro-Oeste	1,2	-2,0	-8,2	-6,9	-4,8	-2,8	-0,8	3,5	-4,5	-5,5	-2,0	-1,4
Nordeste	-3,3	-9,0	-9,3	-9,2	-7,5	-5,7	-7,5	-2,6	-3,7	-8,1	-4,2	-3,9
Norte	2,7	-10,3	-4,3	-7,5	-4,1	0,8	-3,4	-4,3	-1,7	-7,9	0,5	1,3
Sudeste	-0,1	-6,7	-13,2	-12,5	-9,9	-5,9	-1,9	1,5	-7,9	-9,2	-8,2	-4,5
Sul	4,3	-3,2	-8,5	-10,5	-9,5	-4,4	-0,8	4,2	-3,3	-8,9	-6,1	-5,0
Masculino	-0,9	-6,8	-10,7	-10,2	-8,3	-4,1	-4,5	0,7	-5,7	-7,9	-5,5	-3,1
Feminino	2,2	-5,7	-11,4	-11,1	-8,7	-6,0	0,2	1,3	-6,3	-9,0	-6,7	-4,7
14 a 24 anos	-0,5	0,7	-2,5	-2,8	-0,5	-4,7	-2,9	7,2	1,8	-0,7	0,8	-4,8
25 a 39 anos	-3,4	-7,7	-8,7	-6,1	-4,3	-0,9	-6,8	-2,0	-4,6	-4,6	-1,8	0,4
40 a 59 anos	1,3	-5,0	-12,1	-8,3	-11,0	-6,1	-1,7	3,8	-6,8	-5,5	-7,9	-5,4
60 anos ou mais	8,2	-8,3	-17,7	-14,1	-15,0	-12,6	6,6	0,3	-8,9	-9,9	-14,5	-9,4
Não chefe de família	-0,9	-8,0	-10,4	-8,8	-5,6	0,0	-4,1	-2,1	-5,8	-7,1	-3,2	1,3
Chefe de família	1,2	-4,9	-11,2	-11,7	-10,6	-8,4	-1,7	3,8	-5,7	-8,9	-8,0	-7,5
Fundamental incompleto	-2,0	-4,2	-4,2	-5,2	-0,1	0,0	-6,3	8,5	1,8	-3,5	2,8	-1,6
Fundamental completo	2,1	-7,8	-6,9	-4,7	-4,5	0,9	-5,6	1,9	-1,7	-2,0	2,0	2,3
Médio incompleto	-0,9	-7,7	-7,4	-3,3	-3,4	-2,2	-5,1	2,5	-1,7	-1,4	-0,2	-3,3
Médio completo	-4,7	-7,7	-8,2	-5,5	-2,1	-0,2	-8,0	0,2	-3,7	-3,5	0,7	1,2
Superior	-3,5	-5,3	-10,2	-9,9	-9,4	-5,6	-5,9	0,6	-4,7	-7,0	-6,9	-3,9
Não Região Metropolitana	1,1	-5,8	-10,3	-9,9	-6,5	-3,2	-2,6	1,7	-6,6	-8,6	-3,9	-2,9
Região Metropolitana	0,2	-7,5	-12,1	-12,0	-10,5	-6,4	-2,3	-0,3	-5,9	-8,9	-8,1	-4,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O corte por gênero revela que os rendimentos efetivos e habituais recebidos pelas mulheres, nos quatro últimos trimestres, mostraram quedas superiores às dos homens (4,7% contra 3,1% da renda efetiva no segundo trimestre de 2022 e 6% contra 4,1% da renda habitual).

O detalhamento por faixa etária indica que o desempenho da renda tem sido pior para idades mais elevadas nos últimos trimestres. Os trabalhadores mais jovens apresentaram um pequeno aumento da renda efetiva no início de 2022, mas voltaram a ter queda na renda no segundo trimestre. No segundo trimestre de 2022, apenas os trabalhadores entre 25 e 39 anos tiveram um aumento da renda efetiva (0,4%). Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, as quedas da renda efetiva foram mais intensas entre os trabalhadores com maior nível de escolaridade (queda de 3,9%).

A tabela 3 apresenta o crescimento interanual do rendimento médio habitual e efetivo por setores de atividade. Seguindo o padrão durante a pandemia, a maior parte dos setores apresentou um aumento da renda habitual

durante o ano de 2020 e queda da renda efetiva. Foram as atividades mais dependentes da circulação de pessoas as que apresentaram maior queda da renda efetiva durante o ano de 2020 (“transporte”, “serviços pessoais e coletivos”, “alojamento e alimentação”, “comércio” e “construção”), e justamente esse impacto maior explica uma recuperação da renda efetiva nesses setores após a segunda metade do ano de 2021.

Esse padrão permanece na primeira metade de 2022. Setores mais formais com trabalhadores mais qualificados apresentam uma maior queda da renda, com destaque para a administração pública (queda de 11,3% da renda habitual no segundo trimestre de 2022) e educação e saúde (queda de 11,9%), além da indústria (queda de 6,5%) e serviços profissionais (queda de 4,7%). No entanto, setores mais informais e de menor qualificação mostraram algum crescimento da renda, como, por exemplo, transporte (5,8%), construção (5,1%), serviços pessoais e coletivos (4%) e alojamento e alimentação (4,6%).

TABELA 3

**PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por setor de atividade, habitual e efetivo (1º trim.2020-2º trim. 2022)**

(Taxa de variação interanual – em %)

Panel A: renda habitual	1ºT 2020	2ºT 2020	3ºT 2020	4ºT 2020	1º T/2021	2º T/2021	3º T/2021	4º T/2021	1º T/2022	2º T/2022
Agricultura	2,6	3,8	7,7	3,8	-1,3	-3,3	-3,3	-5,6	1,7	2,2
Indústria	2,3	10,5	12,9	4,7	-4,8	-11,9	-14,3	-15,8	-7,0	-6,5
Construção	3,0	8,5	-0,9	-3,1	-8,1	-15,0	-8,2	-3,7	5,0	5,1
Comércio	1,4	4,2	5,6	-0,6	-3,9	-8,2	-12,0	-6,8	-2,4	1,4
Serviços profissionais <sup>1</sup>	0,6	0,2	6,9	0,2	-3,0	2,0	-9,2	-8,7	-4,0	-4,7
Transporte	-0,9	0,3	-3,1	-8,0	-7,3	-10,7	-2,8	0,8	-1,5	5,8
Serviços pessoais e coletivos <sup>2</sup>	0,7	8,7	1,6	-3,1	-4,7	-11,5	-8,2	-5,0	-1,6	4,0
Administração pública	-1,8	-1,3	2,4	1,8	3,3	0,7	-11,3	-13,9	-15,7	-11,3
Educação e saúde	-1,5	2,4	4,4	0,8	7,6	-1,1	-7,8	-11,2	-17,8	-11,9
Alojamento e alimentação	2,5	5,8	-0,8	-7,4	1,2	-11,5	-6,1	-3,3	-5,0	4,6
Panel B: renda efetiva	1ºT 2020	2ºT 2020	3ºT 2020	4ºT 2020	1º T/2021	2º T/2021	3º T/2021	4º T/2021	1º T/2022	2º T/2022
Agricultura	3,8	2,0	5,0	2,0	-2,4	7,6	-1,1	-6,4	0,5	-5,3
Indústria	2,9	4,2	7,8	1,6	-7,9	-7,4	-10,1	-14,4	-6,1	-5,2
Construção	4,4	0,1	-7,7	-6,6	-12,0	-8,3	-0,6	-0,6	9,3	7,6
Comércio	2,2	-6,9	-1,5	-4,8	-8,1	0,2	-6,2	-3,6	0,9	5,0
Serviços profissionais <sup>1</sup>	-2,4	-8,0	-0,8	-4,1	-5,5	10,8	-2,5	-5,4	0,5	-3,7
Transporte	-1,1	-11,1	-11,4	-13,6	-11,7	-1,0	5,9	4,9	3,0	8,0
Serviços pessoais e coletivos <sup>2</sup>	-0,1	-11,7	-10,0	-9,9	-9,6	5,3	2,0	0,1	3,0	9,3
Administração pública	-1,6	-1,9	1,4	0,7	1,3	2,0	-10,4	-13,2	-14,8	-11,5
Educação e saúde	-1,9	-2,9	0,6	-1,9	6,3	4,4	-3,5	-8,6	-15,2	-11,1
Alojamento e alimentação	4,0	-17,0	-16,0	-14,3	-13,6	8,6	8,1	1,7	8,8	9,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: <sup>1</sup> Serviços profissionais: informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

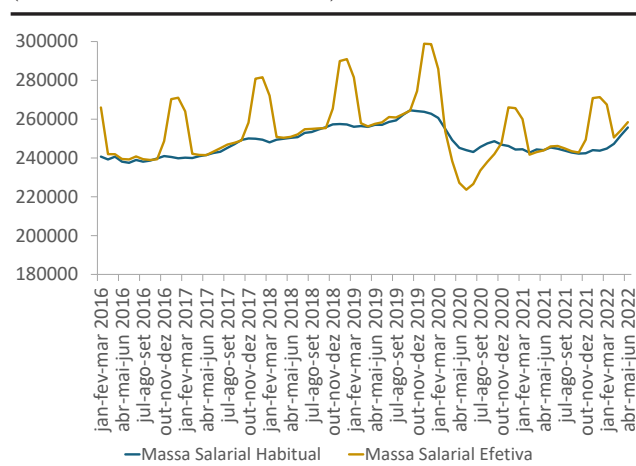
<sup>2</sup> Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte, recreação e serviços domésticos.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar de se observar um relativo aumento dos rendimentos habituais médios em 2020, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentara uma queda de 0,6%. Ao longo de 2020, a massa habitual acelerou a tendência decrescente, mostrando uma queda de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, quando os rendimentos habituais médios apresentaram queda significativa, a massa habitual apresentou quedas menos significativas devido justamente à recuperação da população ocupada

durante 2021. No primeiro trimestre de 2022, houve um pequeno aumento de 0,2% da massa habitual em comparação com o mesmo trimestre de 2021. E no segundo trimestre, com a contínua recuperação da população ocupada, o crescimento da massa habitual foi 4,8%, atingindo R\$255,7 bilhões (valor R\$ 11,6 bilhões maior que no ano anterior).

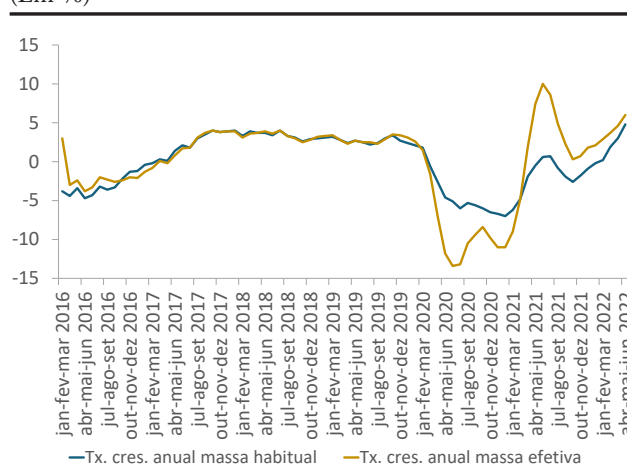
Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho de 2020. No segundo trimestre de 2022 houve um crescimento de 6% (alcançando a soma de R\$ 258,4 bilhões, valor R\$ 14,5 bilhões maior que no ano anterior). O gráfico 4 mostra que a massa salarial começa a se aproximar dos níveis de 2019.

**GRÁFICO 4**  
**Massa salarial real, habitual e efetiva**  
(Valor absoluto em R\$ milhões)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 5**  
**Taxa de variação interanual da massa salarial real, habitual e efetiva**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 2. Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço relevantes para diferentes segmentos da população pode apresentar diferenças significativas por períodos consideráveis de tempo, quando se leva em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No anexo detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 4 mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo do ano de 2020, o que reflete a maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, enquanto que foram os domicílios de renda alta que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho ao longo de 2021. No segundo trimestre de 2022, porém, foram os domicílios de renda mais alta os que não obtiveram uma queda da renda habitual, que permaneceu virtualmente estável na



comparação interanual, enquanto que foi a faixa de renda mais baixa (faixa 1) e a de renda média-alta (faixa 5) as que apresentaram uma maior queda: 2,9% e 3% respectivamente.

TABELA 4

**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**

(Taxa de variação interanual – em % - deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2016.1	-2,30	1,74	1,44	0,38	1,14	1,65
2016.2	-2,76	0,29	1,76	0,02	-0,17	-3,59
2016.3	-2,96	-2,06	-0,19	0,28	0,32	-4,83
2016.4	-1,58	-1,02	0,74	1,20	0,71	-1,00
2017.1	-1,93	-1,64	-0,78	-1,30	-1,58	-4,82
2017.2	4,71	2,70	-0,40	-0,67	2,05	4,39
2017.3	4,96	2,40	-1,02	-0,58	2,23	9,24
2017.4	5,32	1,89	-0,96	-0,71	2,38	6,98
2018.1	4,70	2,96	-0,19	-0,48	1,76	8,18
2018.2	-1,72	-1,14	-0,28	-0,56	-1,88	1,61
2018.3	-2,45	-1,91	-0,83	-0,66	-2,95	1,44
2018.4	0,10	0,15	1,80	4,65	2,26	1,80
2019.1	0,32	0,41	2,14	4,91	2,64	1,62
2019.2	-0,73	0,09	1,24	3,25	2,11	2,15
2019.3	-0,11	0,73	2,27	4,49	2,99	0,34
2019.4	-1,83	-1,06	-1,08	-1,85	-1,97	-1,67
2020.1	-1,71	0,34	0,96	-1,49	-1,77	-3,27
2020.2	3,57	-1,61	-1,06	-0,81	-1,20	-2,65
2020.3	2,50	-2,23	-2,35	-2,13	-1,29	-1,83
2020.4	-0,17	-0,75	-0,50	-2,19	-2,08	-6,97
2021.1	-0,70	-3,45	-3,94	-2,76	-1,85	-2,44
2021.2	-5,72	-0,75	-0,87	-2,78	-2,47	-6,99
2021.3	-3,07	-0,11	-0,60	-1,11	-0,20	-5,78
2021.4	-3,16	-2,23	-2,48	-1,78	-1,70	-1,27
2022.1	-1,98	-1,17	-1,79	-2,38	-1,71	-3,98
2022.2	-2,90	-2,56	-2,29	-2,05	-2,99	-0,01

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 5, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculada de acordo com a renda efetiva do trabalho e a taxa de crescimento interanual dos rendimentos domiciliares efetivos do trabalho entre 2020 e 2022. O que mais chama a atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,35% no primeiro trimestre de 2020 para 28,55% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, refletindo a lenta recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. No segundo trimestre de 2021, a proporção de domicílios sem renda do trabalho iniciou uma queda, refletindo a recuperação da população ocupada. Entretanto, a proporção de domicílios sem renda do trabalho voltou a subir no início de 2022, passando de 22,2% no quarto trimestre de 2021 para 23,3% no primeiro trimestre de 2022.

No segundo trimestre de 2022, a proporção de domicílios sem renda do trabalho retornou aos 22,2% observados no final de 2021. No último trimestre houve também um aumento da proporção de domicílios nas faixas de renda mais baixas (faixas 1 a 3), e uma diminuição da proporção nas demais faixas. No painel B mostra-se

que o desempenho da renda domiciliar efetiva foi pior na faixa de renda baixa (faixa 2), com queda de 3,6%, e apenas a faixa de renda alta mostrou aumento da renda domiciliar efetiva.

TABELA 5

**PNAD Contínua: crescimento do rendimento médio efetivo real domiciliar e proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (2020-2022)**

	Faixa de renda						
	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
Painel A: Proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho efetiva (%)							
2020.1	22,35	26,26	12,87	15,77	14,18	5,81	2,76
2020.2	28,55	28,04	10,54	14,99	11,32	4,51	2,05
2020.3	28,04	28,71	10,76	14,93	10,95	4,47	2,14
2020.4	25,58	27,62	12,69	14,86	11,94	4,96	2,36
2021.1	25,58	27,08	12,06	14,86	12,56	5,36	2,51
2021.2	24,45	28,76	12,85	14,7	12,1	5,00	2,14
2021.3	22,99	29,92	11,89	16,37	12	4,79	2,04
2021.4	22,22	28,87	12,73	16,31	12,88	4,99	1,99
2022.1	23,35	26,35	12,7	15,65	14,01	5,67	2,28
2022.2	22,2	27,43	13,24	16,46	13,37	5,18	2,13
Painel B: Crescimento interanual da renda domiciliar efetiva do trabalho (%)							
2020.1	---	-2,61	-0,02	0,50	-1,60	-1,71	-4,69
2020.2	---	0,26	-1,97	-1,86	-1,19	-1,96	-5,09
2020.3	---	0,77	-1,94	-2,28	-2,11	-1,51	-4,42
2020.4	---	-1,10	-0,37	-0,32	-2,01	-2,28	-8,23
2021.1	---	-0,75	-3,18	-3,51	-2,60	-1,90	-3,54
2021.2	---	-3,07	-0,09	0,11	-2,18	-1,49	-2,87
2021.3	---	-1,19	0,35	0,02	-0,02	1,00	-2,40
2021.4	---	-2,01	-2,29	-2,56	-1,65	-0,76	-0,25
2022.1	---	-0,97	-0,85	-1,28	-1,62	-0,50	-2,30
2022.2	---	-1,31	-3,06	-0,48	-2,01	-0,96	1,50

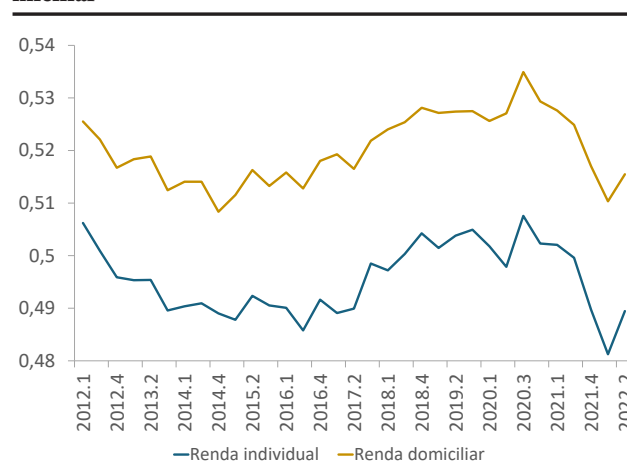
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu de 0,508 no quarto trimestre de 2014 para 0,535 no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,486 no segundo trimestre de 2016 para 0,508 no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente em 2021. No primeiro trimestre de 2022, houve novamente um recuo da desigualdade em comparação ao trimestre anterior, tendo atingido 0,51 para a renda domiciliar. O segundo trimestre de 2022 apresentou uma reversão da queda da desigualdade da renda observada desde meados de 2020. O índice de Gini da renda individual subiu de 0,481 para 0,489, e da renda domiciliar de 0,51 para 0,515.

GRÁFICO 6

**Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar**



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

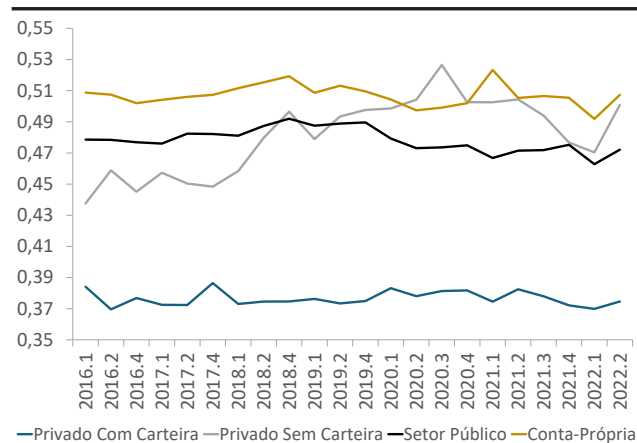
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em outra medida, no segundo trimestre de 2022, a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta (ver anexo) era 28,9 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, valor maior que no segundo trimestre de 2021 (28), o que reflete o melhor desempenho da renda entre os domicílios de renda mais alta observada na tabela 4 no último trimestre.

Os dados do gráfico 7, que mostram os índices de Gini por tipo de vínculo, revelam que a trajetória desse índice durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira, com o índice para esse grupo saltando de 0,504 no primeiro trimestre de 2020 para 0,526 no terceiro trimestre, o que reflete a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse grupo em permanecer no mercado de trabalho durante a pandemia.

No segundo trimestre de 2022, foram os trabalhadores informais (sem carteira e por conta própria) que mostraram um maior aumento da desigualdade, mas houve também um aumento entre os trabalhadores do setor privado com carteira e do setor público.

**GRÁFICO 7**  
**Índice de Gini: indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, por tipo de vínculo**



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3. Considerações finais

Os dados da PNAD Contínua mostraram que houve no segundo trimestre de 2022, assim como o trimestre anterior, uma relevante queda interanual da renda habitual e efetiva. Apesar de parte desse resultado ser consequência do retorno de trabalhadores menos qualificados ao mercado de trabalho, tanto as rendas efetivas quanto a habitual ainda estão abaixo dos níveis anteriores à pandemia, havendo uma queda da renda em comparação com os primeiros trimestres de 2019 e 2020. De fato, a renda média habitual real foi um pouco superior ao menor valor histórico da série da PNAD Contínua observado no último trimestre de 2021. Contudo, cabe notar que há uma recuperação na margem da renda. Estimativas mensais mostram que o rendimento médio real em junho (R\$ 2.641) foi igual ao observado no mês anterior, porém 1,5% maior ao observado em março (R\$2.601).

Os dados mostram que os empregados com carteira no setor privado, e, sobretudo, do setor público ainda encontram dificuldade em negociar reposições salariais, apesar da recuperação da ocupação observada recentemente. Os dados do segundo trimestre mostram claramente um melhor desempenho da renda dos trabalhadores sem carteira e por conta própria em comparação os ocupados em postos formalizados.

Esse padrão se reflete no comportamento da renda por setores de atividades, sendo os setores mais informais, e que foram mais atingidos pela pandemia, os que agora mostram algum crescimento da renda (transporte, construção, serviços pessoais e coletivos e alojamento e alimentação).

Contudo, ao contrário do que se observava ao fim de 2021 e no primeiro trimestre de 2022, foram os domicílios de renda alta que não apresentaram uma queda da renda enquanto que os domicílios de renda mais baixa apresentaram maiores quedas dos rendimentos. Isso se refletiu em um aumento da desigualdade medido pelo índice de Gini, revertendo uma tendência de queda que se observava desde o final de 2020.

## Apêndice

TABELA A.1

### PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda

(Em R\$ de maio de 2022)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	970,6	1522,7	1945,9	3098,0	6128,9	15441,0
2012.2	971,3	1536,1	1957,4	3105,1	6214,4	15226,7
2012.3	977,9	1519,4	1945,7	3084,5	6115,2	15600,4
2012.4	984,7	1509,7	1956,9	3105,3	6154,4	15511,7
2013.1	991,5	1542,1	1993,1	3130,2	6238,3	15849,6
2013.2	989,3	1549,0	1990,6	3102,5	6169,9	15883,3
2013.3	997,3	1540,3	1995,7	3094,4	6116,6	15743,2
2013.4	982,9	1535,9	2002,5	3110,5	6050,4	15115,7
2014.1	1060,5	1567,3	2107,2	3174,2	6291,9	15796,3
2014.2	1041,4	1556,0	2096,6	3143,1	6244,4	15782,9
2014.3	1031,3	1556,2	2078,8	3142,6	6165,3	15971,6
2014.4	1032,1	1556,4	2060,2	3160,6	6246,1	15618,9
2015.1	1030,6	1565,3	2073,4	3150,3	6276,2	16023,5
2015.2	1026,4	1523,8	2062,5	3181,6	6312,6	16601,3
2015.3	1014,0	1635,9	2005,3	3178,2	6314,9	16263,2
2015.4	983,4	1611,8	1989,6	3148,1	6235,6	16036,4
2016.1	995,8	1612,6	2049,3	3212,9	6431,9	16256,9
2016.2	983,3	1603,1	2034,3	3202,0	6442,1	15743,0
2016.3	984,2	1608,4	2055,9	3180,8	6423,2	15655,7
2016.4	973,9	1604,9	2052,3	3203,0	6341,9	15876,7
2017.1	988,2	1637,3	2049,9	3207,3	6365,2	15868,6
2017.2	1041,2	1589,3	2040,0	3201,7	6653,8	16429,1
2017.3	1036,2	1571,4	2038,6	3183,8	6593,2	16551,4
2017.4	1024,6	1565,9	2029,3	3177,8	6587,4	16857,7
2018.1	1030,0	1597,9	2047,3	3207,6	6555,2	16567,9
2018.2	1016,0	1587,8	2043,2	3199,5	6628,6	16609,3
2018.3	999,5	1559,9	2015,7	3185,4	6488,4	17126,2
2018.4	1017,8	1556,0	2103,6	3305,4	6567,5	17084,2
2019.1	1025,6	1590,0	2122,0	3313,0	6644,6	17222,4
2019.2	1000,7	1557,0	2088,3	3234,8	6561,9	17303,9
2019.3	995,2	1555,5	2089,6	3251,3	6565,2	17154,4
2019.4	997,8	1547,2	2080,5	3223,3	6469,7	17378,7
2020.1	1010,8	1656,9	2091,0	3264,4	6557,5	17107,8
2020.2	1073,5	1648,8	2206,2	3400,7	6794,6	17336,8
2020.3	1062,6	1633,2	2186,0	3364,0	6910,8	17484,0
2020.4	1023,4	1668,9	2097,1	3280,3	6629,3	16359,8
2021.1	1021,4	1642,3	2083,2	3309,5	6638,1	17111,3
2021.2	999,0	1610,1	2057,3	3243,6	6548,5	16231,4
2021.3	995,6	1550,5	2015,4	3196,1	6396,5	16250,7
2021.4	964,4	1503,4	1979,1	3135,1	6318,1	15554,1
2022.1	986,7	1541,0	2000,2	3136,2	6364,3	15840,1
2022.2	955,1	1505,7	1961,6	3104,0	6261,1	15890,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2

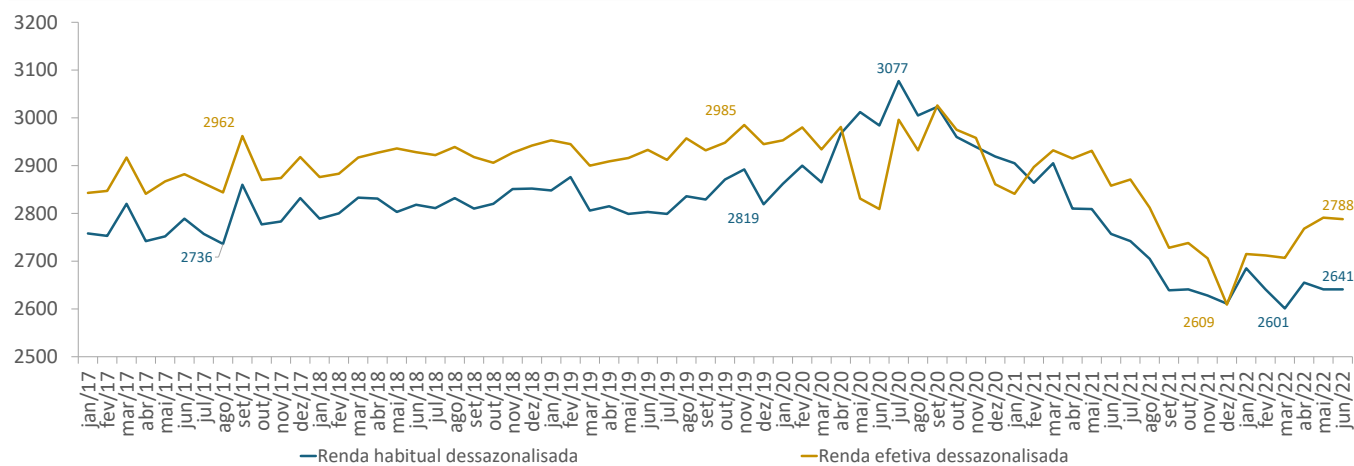
**PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda**  
(Em R\$ de maio de 2022)

Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	1152,6	2495,3	3888,2	6877,4	13577,2	33265,5
2012.2	1151,0	2497,4	3909,7	6887,4	13610,9	33215,3
2012.3	1152,1	2470,7	3875,4	6846,8	13481,6	33766,2
2012.4	1159,3	2466,2	3843,9	6818,0	13604,6	33786,5
2013.1	1158,0	2472,7	3879,6	6809,7	13524,9	33801,5
2013.2	1154,4	2460,7	3859,1	6790,5	13463,1	33982,2
2013.3	1161,4	2443,5	3840,9	6753,2	13414,2	33419,8
2013.4	1147,3	2418,8	3818,2	6751,9	13334,8	32556,7
2014.1	1222,7	2528,6	3949,0	7049,8	13896,1	33646,0
2014.2	1206,1	2502,1	3907,9	6971,0	13728,8	33690,6
2014.3	1198,5	2486,7	3886,8	6929,3	13639,2	33615,4
2014.4	1195,8	2465,0	3864,9	6917,7	13598,7	32747,3
2015.1	1184,9	2446,2	3846,4	6861,6	13397,0	33228,1
2015.2	1181,6	2455,8	3816,3	6861,6	13534,1	33943,2
2015.3	1175,4	2517,8	3907,2	6801,6	13405,8	33253,2
2015.4	1148,0	2481,2	3866,7	6759,4	13278,2	32897,3
2016.1	1157,6	2488,7	3901,6	6887,9	13549,1	33777,8
2016.2	1149,0	2462,9	3883,6	6863,1	13511,4	32723,9
2016.3	1140,6	2466,1	3899,8	6820,6	13448,4	31647,2
2016.4	1129,9	2455,8	3895,1	6840,7	13372,9	32567,9
2017.1	1135,3	2448,0	3871,3	6798,2	13335,5	32151,2
2017.2	1203,1	2529,2	3868,2	6817,0	13787,8	34161,6
2017.3	1197,1	2525,3	3859,9	6781,2	13748,4	34572,2
2017.4	1190,0	2502,2	3857,9	6792,3	13690,9	34839,9
2018.1	1188,7	2520,4	3863,9	6765,4	13570,4	34780,1
2018.2	1182,4	2500,5	3857,4	6778,9	13528,8	34711,9
2018.3	1167,8	2477,1	3828,0	6736,7	13342,9	35069,1
2018.4	1191,2	2505,8	3927,3	7108,1	14000,1	35468,6
2019.1	1192,5	2530,8	3946,5	7097,3	13928,8	35343,0
2019.2	1173,7	2502,6	3905,3	6998,9	13814,9	35457,0
2019.3	1166,5	2495,1	3914,9	7039,0	13742,4	35187,9
2019.4	1169,5	2479,2	3884,9	6976,3	13724,5	34877,5
2020.1	1172,1	2539,3	3984,6	6991,4	13682,4	34188,7
2020.2	1215,6	2462,4	3864,1	6942,4	13648,7	34516,5
2020.3	1195,6	2439,5	3823,1	6889,3	13564,6	34542,9
2020.4	1167,5	2460,6	3865,7	6823,4	13438,6	32446,5
2021.1	1164,4	2451,6	3826,0	6793,6	13424,9	33342,5
2021.2	1146,4	2443,9	3828,5	6744,9	13308,6	32132,7
2021.3	1158,4	2437,2	3799,4	6807,3	13531,0	32511,0
2021.4	1130,4	2406,1	3769,0	6699,5	13198,7	32007,2
2022.1	1141,3	2423,0	3757,6	6631,6	13194,8	32016,7
2022.2	1113,1	2381,2	3740,9	6606,4	12910,7	32130,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO A.1**  
**PNAD Contínua: rendimento habitual médio mensal dessazonalizado**  
 (Em R\$ de julho de 2022)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## Anexo

O quadro 1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa Orçamentária Familiar (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtém as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. O quadro 1 apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

**QUADRO 1**  
**Faixas de renda mensal domiciliar**

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan./2009)	Renda domiciliar (R\$ mai./2020)
1 - Renda muito baixa	menor que R\$ 900	menor que R\$ 1.650,50
2 - Renda baixa	entre R\$ 900 e R\$ 1.350	entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3 - Renda média-baixa	entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4 - Renda média	entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5 - Renda média-alta	entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6 - Renda alta	maior que R\$ 9.000	maior que R\$ 16.509,66

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O quadro 2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

## QUADRO 2

**Domicílios por faixas de renda (do trabalho)**

(Em %)

Faixa de renda	1º tri./2018	1º tri./2019	4º tri./2019	1º tri./2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor)  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Diretor Adjunto)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)  
Fábio Servo  
José Ronaldo de Castro Souza Júnior  
Leonardo Mello de Carvalho  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Sandro Sacchet de Carvalho

**Pesquisadores Visitantes:**

Ana Cecília Kreter  
Andreza Aparecida Palma  
Antônio Carlos Simões Florido  
Cristiano da Costa Silva  
Felipe Moraes Cornelio  
Paulo Mansur Levy  
Sidney Martins Caetano

**Equipe de Assistentes:**

Alexandre Magno de Almeida Leão  
Caio Rodrigues Gomes Leite  
Diego Ferreira  
Diego Rosalino Marques  
Felipe dos Santos Martins  
Izabel Nolau de Souza  
Marcelo Lima de Moraes  
Pedro Mendes Garcia  
Rafael Pastre  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---